



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE AMAMBAI-MS

Márcia Yukari Mizusaki¹; Cleiton Aguiar dos Santos Rodrigues²

UFGD-FCH, 79804-970 Dourados- MS,

E-mail:marciamizusaki@ufgd.edu.br; casr0309@hotmail.com

¹Coordenadora do Grupo TERRHA; ²PIVIC/UFGD/CNPq

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um panorama da condição dos Indígenas do município de Amambai-MS, este localizado na parte sul do Estado de Mato Grosso do Sul. O município apresenta uma população 34.730 habitantes sendo destes 7.225 são indígenas¹. Em decorrência de dificuldades no levantamento de dados, os resultados obtidos foram parciais, devendo ser concluído em momento posterior, o que não invalida sua importância, já que não se verificou a existência de trabalhos sobre o município com a finalidade de caracterizar a situação dos povos indígenas.

Palavras- Chave: Povos Indígenas; reprodução social, conflito.

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul vem se destacando no cenário nacional e mundial como um dos lugares onde a problemática indígena tem se manifestado com maior gravidade, especialmente, face à resistência de fazendeiros contra o processo de demarcação de terras, colocando o Estado no ranking nacional em relação a assassinatos e violências contra povos indígenas (MIZUSAKI, 2011). Como destaca Martins (1995), mais do que quantidade, a propriedade privada da terra é uma relação social e não podemos compreender a questão agrária, se não considerarmos por trás de diferentes tamanhos, existem diferentes relações sociais.

¹Dados obtidos do censo 2010 .

Temos então, que, diferentes formas de apropriação do território, que são relações espaço-temporais, ao se materializarem no espaço, transformam e/ou entram em conflito com territorialidades pré-existentes, num contínuo processo de territorialização/desterritorialização (HAESBAERT, 2007), Nesse sentido, o estudo sobre a questão indígena no município de Amambai constitui tema de relevância para a Geografia, uma vez que ainda não se verificaram a existência de pesquisas sobre esse tema no município. Fato que vem a contribuir para a execução da pesquisa, diz respeito ao orientando, do Programa de Iniciação Científica, que reside no município de Amambai. Dessa forma, inserido num projeto maior de pesquisa, o presente plano de trabalho contribuirá para uma melhor compreensão dessa problemática no estado.

O município de Amambai localiza-se na porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul, na Microrregião Geográfica de Dourados. Faz fronteira com os municípios de Aral Moreira, Laguna Carapã, Caarapó, Juti, Naviraí, Iguatemi, Tacuru, Paranhos e Coronel Sapucaia e distante 354 km da capital, Campo Grande. Apresenta uma população de 34.730 habitantes, sendo 7.225 indígenas, ou, 20,8 %, conforme dados do IBGE (2010). Mais do que simples números, esses dados evidenciam não somente uma presença significativa da população indígena no município, como também, que a problemática indígena pode conter uma dimensão maior que os demais municípios sul-mato-grossenses.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar características gerais referentes à população indígena do referido município e faz parte de um projeto maior de pesquisa, intitulado *Questão agrária e apropriação territorial: impasses, possibilidades e perspectivas no sul de Mato Grosso do Sul*. A pesquisa de campo foi realizada no período de Outubro de 2013 a Janeiro de 2014, onde foram entrevistados o ex-motorista Valdecir Padilha da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na época ainda como motorista, Aline Carmona, funcionária da SESAI, Jorge Pereira Da Silva responsável local da Funai de Amambai, moradores da reserva Amambai, professores e alunos que trabalham ou residem na reserva.

INDÍGENAS EM AMAMBAI- MS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Vários autores têm destacado que os Guarani-kaiowá têm habitado, tradicionalmente, a porção meridional do Estado de Mato Grosso do Sul (BRAND, 1993; MARTINS, 1992; SANTOS, 1998; BRAND, FERREIRA & AZAMBUJA, 2008). Contudo, com o processo de ocupação por não índios, eles têm sido sistematicamente expulsos de suas terras, fato esse, agravado a partir do processo de colonização (pública e privada) ocorrido na região.

O Estado tem sido um agente importante nesse processo, ao interferir não somente na ocupação desse espaço, mas também, no processo de confinamento indígena, expresso nas reservas criadas a partir de 1915, pelo antigo SPI e posteriormente, pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Como assevera Brand (1993, p. 244):

A perda da terra veio acompanhada pela interferência direta e permanente do Estado no dia a dia da vida na aldeia, com a correspondente imposição de novas chefias e, progressivamente, do nosso conceito de posse da terra mediante a divisão em lotes e a desarticulação das relações de parentesco e de solidariedade.

Outro exemplo sobre a atuação do Estado é evidenciado em Oliveira & Pereira (2009), que, ao elaborarem um laudo pericial sobre uma terra indígena em Mato Grosso do Sul, mostram como o fator se torna mais complexo quando esses órgãos resolvem fechar seus olhos e favorecendo o capital.

Constatou-se também que o conflito de interesses ora estabelecido tem sua origem em atos do próprio Estado Brasileiro, sobretudo do governo estado de Mato Grosso, quem colocou à venda terras indígenas não tituladas como sendo terras devolutas. Outrossim foi constatado que o antigo SPI, bem como a atual FUNAI, foram omissos na defesa dos direitos dos índios Kaiowá de Ñande Ru Marangatu, haja vista que desde 1952 o órgão indigenista oficial havia sido comunicado da situação conflituosa existente na região. O mesmo relato seguiu a partir da década de 1970, quando a antropóloga Lília Valle esteve na área em litígio, com vistas à realização de pesquisas acadêmicas, e elaborou um relatório que foi encaminhado à FUNAI (OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, p. 284).

Desta forma, observa-se que o Estado tem sido um importante agente na configuração da atual situação dos indígenas em Mato Grosso do Sul. No caso do município de Amambai, o Estado criou três reservas indígenas. A primeira, reserva

Amambai, foi criada em 1915, pelo antigo SPI (Sistema de Proteção ao Índio). Já a Limão Verde, foi reservada como área pelo SPI em 1928 e demarcada em 16/08/1984 e a Jaguari, criada em 12/08/1993. A primeira tem 2.381 hectares de terra e uma população aproximada de 6.663 habitantes. A segunda, uma área de 668 hectares e uma população de aproximadamente 1.175 habitantes e a terceira, tem 405 hectares e uma população 150 pessoas (FUNASA, 2006 e 2004 apud MPF/MS, 2012). Localizam-se próximas à cidade de Amambai, distando, respectivamente, 5 km, 7 km e 60 km.

Em um estado onde a cultura do agronegócio predomina, a ideia de manter as reservas para os indígenas gera revoltas e preconceito. A esse respeito, Mota (2011, p. 365) avalia:

Nos campos sul-mato-grossenses se delinea o avanço cada vez mais intenso do agronegócio, que também muda de lugar, muda de forma e formato, de acordo com os mandos e desmandos da lógica capitalista no sistema-mundo moderno-colonial. Adentram ainda mais intensamente os territórios Guaraní e Kaiowá e de tantas outras sociedades indígenas, transformando a terra-mato em monocultivos e *commodities* de terra-soja, terra-cana, terra-eucalipto...(MOTA, 2011, p. 365)

Religião e reserva no município de Amambai estão muito presentes e completamente atrelados. Verificamos várias igrejas nas reservas. O que chama a atenção é como elas transformam uma cultura. Brand (1993) e Langer e Chamorro (2012) relatam que a presença de missões e instituições ligadas à religião remonta desde a colonização. Aprendemos na escola que os missionários tinham o papel de ensinar e transformar o índio em um “ser humano” já que eram tidos como animais. A missão tinha a intenção de remover a cultura da reza, ou seja, da intenção de transformar o índio em um ser que servisse as finalidades dos colonizadores. Sendo assim, a religião a ser seguida deveria ser a que tivesse apenas um Deus.

A reserva de Amambai possui um posto das missões Evangélicas Presbiterianas Guaranis e Kaiowás, cuja sede se encontra em Dourados. Atuam na Reserva de Amambai há aproximadamente dez anos, onde são realizadas atividades educacionais, religiosas, de apoio assistencial aos indígenas, como problemas de violências e dependência química. O ensino fundamental e médio é concluído em uma escola da própria aldeia. Os professores falam a língua portuguesa e a língua materna dos kaiowá e as atividades escolares são realizadas em comunhão com as atividades

religiosas, onde, segundo informações obtidas no local, buscam fazer com que os kaiowás conheçam a educação e Deus, como senhor e salvador.

O município possui também um hospital destinado aos cuidados dos indígenas (atende a população das reservas do município de Amambai, Coronel Sapucaia e Aral Moreira). No entanto, o hospital fica no centro da cidade de Amambai, a duas quadras da avenida principal. Ele foi implementado em 2004, como pólo de saúde indígena pela FUNASA (Fundação Nacional da Saúde), mas atualmente vinculada à SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Ao observarmos o hospital indígena destinado ao cuidado dos mesmos, notamos que o descaso se encontra por parte do governo também. A contradição está presente aí já que o pólo de Amambai é tido como referência, mas as condições encontradas não são das melhores. E visita ao local, verificou-se que o leito e as instalações estavam danificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao verificarmos como se reproduzem social e culturalmente, notamos que o kaiowá se torna refém de órgãos públicos, de ONGs, de religiões, pois a sua reprodução social encontra-se bastante inviabilizada. Precisam de ajuda para obter sementes, para o combate à violência e ao alcoolismo, precisam de atendimento para a saúde, mas o hospital fica fora da reserva.

Foi possível verificarmos que na reserva de Amambai encontram-se problemas relativos às dificuldades de reprodução do modo de vida kaiowá. Alcoolismo, violências, problemas de saúde, preconceito do não índio, são bastante comuns. Caminhamos a passos lentos no estudo sobre os indígenas em Mato Grosso do Sul, de forma que para a realização desta pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades na obtenção de dados, o que limitou significativamente a análise. Contudo, objetivamos que uma análise mais aprofunda possa ser realizada oportunamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, E. V. *Educação Escolar Indígena e os Processos Próprios de Aprendizagem: Espaço de Inter-Relação de Conhecimentos na Infância Guarani/Kaiowá, Antes da Escola, na Comunidade Indígena de Amambai –Amambai-MS*. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

BRAND, A. *O Confinamento e seu Impacto Sobre Pãi/Kaiowá*. 1993. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) -Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre.

BRAND, A.J., FERREIRA, E.M.L., AZAMBUJA, F. de. Os kaiowá e guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R.A. *A questão agrária em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2008.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

LANGER, P. ; CHAMORRO, G. *Missões, Militância Indigenista e Protagonismo Indígena*. 2. ed. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012. p.368.

MARTINS, G.R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MIZUSAKI, M.Y. *Mercado da terra e diferentes formas de apropriação territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. P. 247-260.

MOTA, J. G.B. *Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de dourados á multiterritorialidade*. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

OLIVEIRA, J. E. ; PEREIRA, L. M. *Ñande Ru Marangatu: laudo parcial sobre uma terra kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2009.

Sites de notícias:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Tekohá*. Publicação especial do MPFMS. 2012. In: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/publicacoes/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/TEKOHA-III-Tabela-Povos-Final.pdf>